
**ECO 1659 SEMINÁRIO EM TEORIA ECONÔMICA – TÓPICOS ESPECIAIS
EM FINANÇAS PÚBLICAS E POLÍTICA FISCAL**

CARGA HORÁRIA TOTAL: XX HORAS

CRÉDITOS: 5

PRÉ-REQUISITO(S):

OBJETIVOS

- O objetivo do curso é discutir o papel da política fiscal na economia brasileira contemporânea, com foco: (i) nos principais instrumentos, medidas e ações de política adotados no país; (ii) nos impactos fiscais e macroeconômicos desses instrumentos e ações; (iii) no contexto legal, institucional e político que condiciona o desenho e a implementação da política fiscal no país; (iv) nas propostas de políticas e reformas institucionais visando aperfeiçoar a condução e o desempenho da política fiscal.
- Para o melhor entendimento do debate atual sobre política fiscal no Brasil, a discussão do caso brasileiro será precedida pela apresentação dos conceitos e questões relevantes no âmbito de uma breve revisão da teoria e experiência internacional na área.
- Dada a amplitude dos temas abordados, alguns tópicos serão discutidos em menor nível de detalhamento nas aulas; contudo, para todos os tópicos serão fornecidas, além da bibliografia básica, também leituras complementares para o(a) aluno(a) interessado(a) em aprofundar seus conhecimentos.

EMENTA

1. Estado e economia: uma visão macroeconômica (Motivação/visão geral do curso)
2. Teoria e experiência internacional
 - a. Gastos públicos, tributação e dívida: padrões internacionais
 - b. Política fiscal e nível de atividade no curto prazo
 - c. Política fiscal e nível de atividade no longo prazo
 - d. Interação entre as políticas fiscal e monetária
 - e. Dinâmica e sustentabilidade da dívida
 - f. Administração da dívida e consolidação fiscal
 - g. Processos orçamentários e regras fiscais
3. O caso brasileiro
 - a. Tributação no Brasil
 - b. Gastos públicos no Brasil
 - c. Processo orçamentário e regras fiscais no Brasil
 - d. Resultado primário e dinâmica da dívida pública no Brasil
 - e. Administração da dívida e interação entre as políticas fiscal e monetária
 - f. Impactos macroeconômicos da política fiscal no Brasil
 - g. Federalismo fiscal no Brasil

PROGRAMA Ver programa das aulas em anexo.

AValiação A disciplina está classificada, para fins de avaliação de aproveitamento, no Critério 2, sendo a nota final (NF) de cada aluno(a) dada por:

$$NF = (G1 + G2*2) / 3$$

onde:

G1 = Nota na Prova 1;

G2 = Nota na Prova 2.

Se $NF \geq 5$, o(a) aluno(a) estará aprovado(a); caso contrário, estará reprovado(a).

Ambas as **provas** serão realizadas individualmente, em casa. As datas relevantes encontram-se no quadro abaixo.

O objetivo das provas é incentivar os(as) alunos(as) a refletirem e fixarem os conceitos e questões abordados em sala de aula. A fim de maximizar os resultados esperados do curso, espera-se, portanto, que cada aluno(a) encare essas provas com seriedade e comprometimento. Recomenda-se especial cuidado para evitar situações que possam ser caracterizadas como “plágio” ou “cola”. Espera-se que o(a) aluno(a) redija as respostas em suas próprias palavras, e que argumentações e citações retiradas de outros textos sejam cuidadosamente explicitadas como tal.

Datas importantes

Data	Evento
06/05/2022	Entrega das orientações à turma para realização da 1ª Prova
15/05/2022	Prazo para envio da 1ª. Prova, por meio do Ambiente de aprendizagem on-line (obs.: o prazo termina às 23h59min)
01/07/2022	Entrega das orientações à turma para realização da 2ª Prova
10/07/2022	Prazo para envio da 2ª. Prova, por meio do Ambiente de aprendizagem on-line (obs.: o prazo termina às 23h59min)

Observações:

- (I) Avisos e material didático serão disponibilizados na página do curso no “Ambiente de aprendizagem on-line” (<https://ead.puc-rio.br/>).
- (II) O professor também está à disposição para quaisquer dúvidas referentes ao curso no endereço: cavalcanti.marco@hotmail.com.

BIBLIOGRAFIA

- Apostila, a ser disponibilizada ao longo do curso (slides em pdf para cada aula)
- Textos indicados no anexo (Obs. A bibliografia básica para cada aula será indicada na apostila)

ANEXO I – PROGRAMA DE AULAS

Aula	Data	Seção	Tópico
1	11/mar	Introdução	Estado e economia: uma visão macroeconômica
2	18/mar	Teoria e experiência internacional	Gastos públicos, tributação e dívida: padrões internacionais
3	25/mar	Teoria e experiência internacional	Política fiscal e nível de atividade no curto prazo
4	01/abr	Teoria e experiência internacional	Política fiscal e nível de atividade no longo prazo
5	08/abr	Teoria e experiência internacional	Interação entre as políticas fiscal e monetária
-	15/abr	-	<i>Feriado</i>
-	22/abr	-	<i>Recesso</i>
6	29/abr	Teoria e experiência internacional	Dinâmica e sustentabilidade da dívida
7	06/mai	Teoria e experiência internacional	Administração e da dívida e consolidação fiscal
8	13/mai	Teoria e experiência internacional	Processos orçamentários e regras fiscais
9	20/mai	O caso brasileiro	Tributação no Brasil
10	27/mai	O caso brasileiro	Gastos públicos no Brasil
11	03/jun	O caso brasileiro	Processo orçamentário e regras fiscais no Brasil
12	10/jun	O caso brasileiro	Resultado primário e dinâmica da dívida pública no Brasil
-	17/jun	-	<i>Recesso</i>
13	24/jun	O caso brasileiro	Administração da dívida e interação entre as políticas fiscal e monetária
14	01/jul	O caso brasileiro	Impactos macroeconômicos da política fiscal no Brasil
15	08/jul	O caso brasileiro	Federalismo fiscal no Brasil

ANEXO II – BIBLIOGRAFIA

1. Estado e economia: uma visão macroeconômica

- *Papel do Estado*

Musgrave, R. (1998). The Role of the State in Fiscal Theory, in Sorensen, P. (ed.), Public Finance in a Changing World, MacMillan Press.

Hoffman, P. (2015). What Do States Do? Politics and Economic History. The Journal of Economic History, Vol. 75, No. 2.

Tanzi, V. (2011). Government versus Market: The Changing Economic Role of the State – Capítulos 1-3, Cambridge University Press.

IMF (2017). Fiscal Monitor: Achieving more with less, Capítulo 1, April 2017.

- *Estado, instituições e crescimento*

Rodrik, D. (2007). One economics, many recipes: globalization, institutions, and economic growth – Capítulos 1-3. Princeton University Press.

North, D. (1989). Institutions and Economic Growth: An Historical Introduction. World Development, Vol. 17, No. 9.

2. Teoria e experiência internacional

a. Gastos públicos, tributação e dívida: padrões internacionais

- *Gastos públicos*

Tanzi, V. e L. Schuknecht (2000). Public Spending in the 20th Century: A Global Perspective – Capítulo 2, Cambridge University Press.

Izquierdo, A. et al. (2018). Melhores gastos para melhores vidas: como a América Latina e o Caribe podem fazer mais com menos, Banco Interamericano de Desenvolvimento.

IMF (2017). Fiscal Monitor: Tackling inequality, October 2017.

World Bank (2018). The State of Social Safety Nets 2018. World Bank Publications.

- *Tributação*

Tanzi, V. e L. Schuknecht (2000). Public Spending in the 20th Century: A Global Perspective – Capítulo 3, Cambridge University Press.

Besley, T. e T. Persson (2014). Why Do Developing Countries Tax So Little? Journal of Economic Perspectives, Volume 28, Number 4.

IMF (2017). Fiscal Monitor: Achieving more with less, Capítulo 2, April 2017.

IMF (2017). Fiscal Monitor: Tackling inequality, October 2017.

- *Dívida*

Eichengreen, B. et al. (2020). Public debt through the ages, in Abbas et al. (eds), Sovereign Debt: A Guide for Economists and Practitioners, Oxford University Press.

Fatás, A. et al. (2020). The motive to borrow, in Abbas et al. (eds), Sovereign Debt: A Guide for Economists and Practitioners, Oxford University Press.

Yared, P. (2019). Rising Government Debt: Causes and Solutions for a Decades-Old Trend. Journal of Economic Perspectives, 33 (2).

IMF (2016). Fiscal Monitor, chapter 1, October 2016.

IMF (2021). Fiscal Monitor – update, January 2021.

b. Política fiscal e nível de atividade no curto prazo

- *Multiplicadores dos gastos públicos*

Ramey, V. (2011). Can Government Purchases Stimulate the Economy? Journal of Economic Literature, 49 (3).

Ilzetzki, E. et al. (2013). How big (small?) are fiscal multipliers? Journal of Monetary Economics, 60: 239–254.

Cogan, J. et al. (2010). New Keynesian versus old Keynesian government spending multipliers. Journal of Economic Dynamics & Control, 34: 281–295.

Aiyagari et al. (1992). The output, employment and interest rate effects of government consumption. Journal of Monetary Economics 30(1).

BAXTER, M.; KING, R. Fiscal policy in general equilibrium. American Economic Review, v. 83, n. 3, p. 315-334, 1993.

Gali, Jordi, J. et al. (2007). Understanding the Effects of Government Spending on Consumption. Journal of the European Economic Association 5(1).

AUERBACK, A. J.; GORODNICHENKO, Y. Measuring the output responses to fiscal policy. American Economic Journal: Economic Policy, v. 4, n. 2, p. 1–27, 2012.

PEROTTI, R. Fiscal policy in good times and bad. Quarterly Journal of Economics, v.114, n.4, 1999.

Ramey, V.A., e S. Zubairy (2018). Government Spending Multipliers in Good Times and in Bad: Evidence from US Historical Data. Journal of Political Economy 126(2).

Berge, T. et al. (2021). When is the fiscal multiplier high? A comparison of four business cycle phases. *European Economic Review* 138.

- *Multiplicadores de gastos e tributos*

Ramey, V. (2019). Ten Years After the Financial Crisis: What Have We Learned from the Renaissance in Fiscal Research? *Journal of Economic Perspectives*, 33 (2).

Coenen, G. et al. (2012). Effects of Fiscal Stimulus in Structural Models. *American Economic Journal: Macroeconomics*, 4(1).

Coenen, G. et al. (2013). Gauging the effects of fiscal stimulus packages in the euro area. *Journal of Economic Dynamics & Control*, 37: 367-386.

- *Discussão sobre estímulo fiscal nos EUA em 2021*

Summers, L. (2021). The Biden stimulus is admirably ambitious. But it brings some big risks, too. *The Washington Post*, 4/2/2021.

Edelberg, W. e L. Sheiner (2021). The macroeconomic implications of Biden's \$1.9 trillion fiscal package. *Brookings Institute*.

Blanchard, O. (2021). Twitter thread, 6/2/2021.

Smith, N. (2021). Larry Summers' misplaced stimulus anxiety. *Noahpinion*, 5/2/2021.

Summers, L. (2021). My column on the stimulus sparked a lot of questions. Here are my answers. *The Washington Post*, 7/2/2021.

c. Política fiscal e nível de atividade no longo prazo

- *Impactos de longo prazo dos déficits e dos gastos públicos*

Gale, W. e P. Orszag (2004). Budget Deficits, National Saving, and Interest Rates. *Brookings Papers on Economic Activity*, 2004, 2, pp. 101-210.

Ball, L., e N. G. Mankiw (1995). What Do Budget Deficits Do?, In *Budget Deficits and Debt: Issues and Options*. Kansas City, Mo.: Federal Reserve Bank of Kansas City.

BAXTER, M.; KING, R. Fiscal policy in general equilibrium. *American Economic Review*, v. 83, n. 3, p. 315-334, 1993.

- *Investimentos públicos em infraestrutura*

Ramey, V. (2020). The macroeconomic consequences of infrastructure investment. *NBER Working Paper* 27625.

Leeper, E.; Walker, T.; Yang, S. (2010), Government investment and fiscal stimulus. *Journal of Monetary Economics* 57 (2010) 1000–1012.

Pritchett, L. (2000). The Tyranny of Concepts: CUDIE (Cumulated, Depreciated, Investment Effort) Is Not Capital. *Journal of Economic Growth*, 5 (December).

Berg, A. et al. (2019). Some Misconceptions About Public Investment Efficiency and Growth. *Economica*, 86 (April).

Presbitero, A. (2016). Too much and too fast? Public investment scaling-up and absorptive capacity. *Journal of Development Economics*, 120: 17-31.

Gupta, S. et al. (2014). Efficiency-Adjusted Public Capital and Growth. *World Development*, Vol. 57, pp. 164–178.

Dabla-Norris et al. (2012). Investing in public investment: an index of public investment efficiency. *Journal of Economic Growth*, 17:235–266.

d. Interação entre as políticas fiscal e monetária

- *Regimes de dominância monetária e fiscal e a teoria fiscal do nível de preços*

Burnside, C. (2005). Fiscal sustainability in theory and practice: a handbook – cap.2. The World Bank.

Sargent, T.J.; Wallace, N. (1981). Some unpleasant monetarist arithmetic, Federal Reserve Bank of Minneapolis Quarterly Review, Fall, 1-17.

Leeper, E. (1991). Equilibria under ‘active’ and ‘passive’ monetary and fiscal policies. *Journal of Monetary Economics* 27 (1991) 129-147.

Leeper, E. (2016). Why central banks should care about fiscal rules. *Sveriges Riksbank Economic Review* 2016:3.

Bianchi, F., Melosi, L. (2014). Dormant shocks and fiscal virtue. In: NBER Macroeconomics Annual 2013, vol.28. National Bureau of Economic Research, Inc., NBER Chapters, pp.1–46.

Cochrane, J. H. (2020). The Fiscal Roots of Inflation. NBER Working Paper No. 25811

Canzoneri, M. et al. (2011). The Interaction Between Monetary and Fiscal Policy. *Handbook of Monetary Economics*, Volume 3B.

Christiano, L. e T. Fitzgerald (2000). Understanding the Fiscal Theory of the Price Level. *Economic Review* 36(2), Cleveland Fed.

Davig, T.; Leeper, E. M. (2011). Monetary-fiscal policy interactions and fiscal stimulus, *European Economic Review*, Elsevier, vol. 55(2), pages 211-227.

Traum, N.; Yang, S. (2011). Monetary and fiscal policy interactions in the post-war U.S. *European Economic Review* 55 (2011) 140–164.

Cochrane, J. H. (2021). The Fiscal Theory of the Price Level. Book draft. Disponível em: <https://www.johnhcochrane.com/research-all/the-fiscal-theory-of-the-price-level-1>.

Cochrane, J. H. (2018). Stepping on a rake: the fiscal theory of monetary policy. *European Economic review*, 101, 354-375.

- *Financiamento monetário de estímulos fiscais*

Bernanke, B. (2016), “What tools does the Fed have left? Part 3: Helicopter money”, Brookings Institution, disponível em: <https://www.brookings.edu/blog/ben-bernanke/2016/04/11/what-tools-does-the-fed-have-left-part-3-helicopter-money/>

Kocherlakota, N. (2016). 'Helicopter Money' Won't Provide Much Extra Lift. *Bloomberg Opinion*, March 24.

Lagerwall, B. (2019). Fiscal policy in a monetary policy perspective. *Sveriges Riskbank Economic Commentaries*, N.5, May 2019.

Davies, G. (2020). A crossover of fiscal and monetary policy. *Financial Times*, February 16.

Deutsche Bank (2016). Helicopters 101: your guide to monetary financing. Special Report, Deutsche Bank Research.

Borio, C. et al. (2016). Helicopter money: The illusion of a free lunch. *VOX CEPR Policy Portal*.

Cecchetti, S. e K. Schoenholtz (2016). A primer on helicopter money. VOX CEPR Policy Portal.

Reis, R. (2017). QE in the Future: The Central Bank's Balance Sheet in a Fiscal Crisis. IMF Economic Review, 65 (1).

Gali, J. (2020). The effects of a money-financed fiscal stimulus. Journal of Monetary Economics, 115: 1-19.

Gali, J. (2020). Helicopter money: The time is now, In Baldwin, R. e B. di Mauro (org), Mitigating the COVID Economic Crisis: Act Fast and Do Whatever It Takes, CEPR Press.

Edwards, S. (2019). Modern Monetary Theory: Cautionary Tales from Latin America. Cato Journal, Vol. 39, No. 3.

e. Dinâmica e sustentabilidade da dívida

- *Dinâmica e sustentabilidade da dívida*

Debrun et al. (2020). Public debt sustainability, in Abbas et al. (eds), Sovereign Debt: A Guide for Economists and Practitioners, Oxford University Press.

Burnside, C. (2005). Fiscal sustainability in theory and practice: a handbook – cap.2-3. The World Bank.

Escolano, J. (2010). A Practical Guide to Public Debt Dynamics, Fiscal Sustainability, and Cyclical Adjustment of Budgetary Aggregates. Technical Notes and Manuals 10/02, Fiscal Affairs Department, IMF.

Wyplosz, C. (2011). Debt sustainability assessment: Mission impossible. Review of Economics and Institutions, v.2, n.3.

- *Dívida pública no contexto de baixas taxas de juros*

Blanchard, O. (2021). Fiscal Policy Under Low Interest Rates. Unpublished manuscript.

Blanchard, O. (2021). Why low interest rates force us to revisit the scope and role of fiscal policy: 45 takeaways, PIIE Realtime Economics Issues Watch.

Blanchard, O. (2019). Public Debt and Low Interest Rates. American Economic Review, 109(4).

Rachel, L. e T. Smith (2017). Are Low Real Interest Rates Here to Stay? International Journal of Central Banking, 13(3).

Summers, L. (2016). The Age of Secular Stagnation: What It Is and What to Do About It. Foreign Affairs, 95(2).

Furman, J. e L. Summers (2020). A Reconsideration of Fiscal Policy in the Era of Low Interest Rates. Discussion Draft, November 30, 2020.

Reis, R. (2020). The constraint on public debt when $r < g$ but $g < m$. LSE manuscript.

Reinhart, C. e M. Sbrancia (2015). The liquidation of government debt. Economic Policy April 2015 pp. 291–333.

Rogoff, K. (2021). Is Higher Debt an (Almost) Free Lunch? Texto apresentado no European Fiscal Board annual meeting on February 26, 2021.

Mauro, P. e J. Zhou (2020). $r-g < 0$: Can We Sleep More Soundly? IMF Working Paper WP/20/52.

Lian, Weicheng, Andrea Presbitero and Ursula Wiriadinata, 2020. “Public Debt and $r - g$ at Risk.” IMF Working paper WP/20/137.

vanWijnbergen, Sweder, Stan Olijslager, and Nander de Vette (2020). Debt Sustainability when $r < g$: No Free Lunch After All. Tinbergen Institute Discussion Paper TI 2020-079/VI.

Cochrane, J. H. (2021). $r < g$. Unpublished manuscript.

Cochrane, J. H. (2020). The value of government debt. NBER WP 26090.

Barro, R. (2020). R minus G . NBER Working Paper 28002.

f. Administração da dívida e consolidação fiscal

- *Administração da dívida pública*

Jonasson, T. et al. (2020). Debt management, in Abbas et al. (eds), Sovereign Debt: A Guide for Economists and Practitioners, Oxford University Press.

Jonasson, Thordur and Michael Papaioannou (2018). “A Primer on Managing Sovereign Debt-Portfolio Risks,” IMF Working Paper 18/74.

Abbas, A. et al. (2014). “Sovereign Debt Composition in Advanced Economies: A Historical Perspective,” IMF Working Paper 14/162.

Borensztein, E., Chamon, M., Jeanne, O., Mauro, P., and Zettelmeyer, J., 2004, “Sovereign Debt Structure for Crisis Prevention,” IMF Occasional Paper 237.

Alfaro, L. e F. Kanczuk (2006). Sovereign Debt: Indexation and Maturity. BID Working Paper 560.

Pienkowski, A. (2018). Debt limits and the structure of public debt, IMF Working Paper 17/117.

Pienkowski, A. (2017). Debt limits and the structure of public debt, in Benford et al. (eds), Sovereign GDP-Linked Bonds: Rationale and Design, VoxEU.org Book, CEPR Press.

Ostry, J. e J. Kim (2017). On the role of GDP-linked debt in expanding fiscal space, in Benford et al. (eds), Sovereign GDP-Linked Bonds: Rationale and Design, VoxEU.org Book, CEPR Press.

Honohan, P. (2018). Could performance-linked lending have helped in the euro crisis? Could it still?, in Benford et al. (eds), Sovereign GDP-Linked Bonds: Rationale and Design, VoxEU.org Book, CEPR Press.

- *Efeitos de processos de consolidação fiscal*

Best, T. et al. (2020). Reducing debt short of default, in Abbas et al. (eds), Sovereign Debt: A Guide for Economists and Practitioners, Oxford University Press.

Alesina, A. et al. (2019). Effects of Austerity: Expenditure- and Tax-based Approaches. Journal of Economic Perspectives, 33 (2).

Alesina, A. et al. (2015). The Output Effect of Fiscal Consolidation Plans. Journal of International Economics 96(S1): S19–S42.

ALESINA, A. BARBIERO, O.; FAVERO, C.; GIAVAZZI, F.; PARADISI, M. The effects of fiscal consolidations: theory and evidence. NBER Working Paper, n. 23385. Massachusetts: NBER, 2017.

ALESINA, A.; ARDAGNA, S. Tales of fiscal adjustment. Economic Policy, n. 13, v. 27, p. 498-545, 1998.

Cogan, J. F. et al. (2013). Fiscal consolidation strategy. Journal of Economic Dynamics & Control, n. 37, p. 404-421.

AFONSO, A.; JALLES, J.T. Assessing fiscal episodes. *Economic Modelling*, v. 37, p. 255-270, 2014.

BEETSMA, R.; FURTUNA, O. GIULIODORI, M.; MUMTAZ, H. et al. Revenue-versus spending-based fiscal consolidation announcements: follow-up, multipliers and confidence. CEPR Discussion Paper, n. 12133, London: CEPR, 2020.

GEIGER, M.; LUHAN, W.; SCHARLER, J. When do fiscal consolidations lead to consumption booms? Lessons from a laboratory experiment. *Journal of Economic Dynamics & Control*, n. 69, p. 1-20, 2016.

ARDAGNA, S.; CASELLI, F.; LANE, T. Fiscal discipline and the cost of public debt service: some estimates for OECD countries. *The B.E. Journal of Macroeconomics*, n. 7, v. 1, 2007.

DAVID, A.; GUAJARDO, J.; YÉPEZ, J. F. The rewards of fiscal consolidation: sovereign spreads and confidence effects. IMF Working Paper, WP/19/141, Washington: IMF, 2019.

Escolano, J., Laura Jaramillo & Carlos Mulas-Granados (2018). How much is a lot? The maximum size of fiscal adjustments, *Journal of Applied Economics*, 21:1, 137-159.

g. Processos orçamentários e regras fiscais

- *Economia política do orçamento e da dívida pública*

Alesina, A. e A. Passalacqua (2016). The Political Economy of Government Debt, in Taylor, J.B. e H. Uhlig (eds), *Handbook of Macroeconomics*, Volume 2B.

Yared, P. (2019). Rising Government Debt: Causes and Solutions for a Decades-Old Trend. *Journal of Economic Perspectives*, 33 (2).

Herrera, S. e E. Olaberria (2020). Budget Rigidity in Latin America and the Caribbean: Causes, Consequences, and Policy Implications. World Bank Group. Disponível em <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/33571>.

- *Regras fiscais*

Eyraud, L. et al. (2018). Second-Generation Fiscal Rules: Balancing Simplicity, Flexibility, and Enforceability. IMF Staff Discussion Notes SDN/18/04.

Eyraud, L. et al. (2018b). How to select fiscal rules: a primer. IMF Fiscal Affairs Department (FAD) How-To Notes.

Eyraud, L. et al. (2018c). How to calibrate fiscal rules: a primer. IMF Fiscal Affairs Department (FAD) How-To Notes.

Blanco, F. et al. (2020). Fiscal Rules and Economic Size in Latin America and the Caribbean – Cap. 0 (Overview). Latin American Development Forum. Washington, DC: World Bank. doi:10.1596/978-1-4648-1382-5.

Gootjes, B. et al. (2020). Do fiscal rules constrain political budget cycles? *Public Choice*, <https://doi.org/10.1007/s11127-020-00797-3>.

IMF (2020). Fiscal Rules, Escape Clauses, and Large Shocks. Special Series on Fiscal Policies to Respond to COVID-19, IMF Fiscal Affairs Department.

Holm-Hadulla, F. et al. (2012). The impact of expenditure rules on budgetary discipline over the cycle. *Applied Economics*, 44 (25).

Afonso, A. e J. Jalles (2019). Fiscal Rules and Government Financing Costs. FISCAL STUDIES, vol. 40, no. 1.

Bilbiie, F. et al. (2021). Fiscal Policy in Europe. The Journal of Economic Perspectives, Spring 2021, Vol. 35, No. 2.

Kalan, F. et al. (2018). Thou Shalt Not Breach. The Impact on Sovereign Spreads of Noncomplying with the EU Fiscal Rules. IMF Working Paper WP/18/87.

Ter-Minassian, T. (2007). Fiscal Rules for Subnational Governments: Can They Promote Fiscal Discipline? OECD Journal on Budgeting, Volume 6/3.

Blanchard, O. et al. (2020). Redesigning the EU Fiscal Rules: From Rules to Standards. 72nd Economic Policy Panel Meeting, Federal Ministry of Finance, Germany, 22-23 October 2020.

Larch, M. e S. Santacroce (2020). Tracking compliance with EU fiscal rules: A new database of the Secretariat of the European Fiscal Board. VOX, CEPR Policy Portal.

Wyplosz, C. et al. (2019). Fiscal rules for Europe. ifo Dice Report, vol.17, n.2.

Debrun X. et al. (2018). 'Second-generation' fiscal rules: From stupid to too smart. VOX, CEPR Policy Portal.

3. O caso brasileiro

a. Tributação no Brasil

- *Visão geral do sistema tributário e suas distorções*

Afonso, J.R. e K. Castro (2020). Receitas tributárias: desempenho e distorções, in Salto, F. e J.A. Pellegrini (Org.). Contas Públicas no Brasil. Saraiva Educação, Série IDP – Administração e Políticas Públicas, 2020.

Appy, B. (2017). Tributação e produtividade no Brasil. In Bonelli et al. (org), Anatomia da Produtividade no Brasil, Elsevier: FGV/IBRE.

Pellegrini, J. (2020). Gastos tributários e subsídios na União, in Salto, F. e J.A. Pellegrini (Org.). Contas Públicas no Brasil. Saraiva Educação, Série IDP – Administração e Políticas Públicas, 2020.

Afonso, J.R. e K. Castro (2019). Carga Tributaria Brasileña en perspectiva histórica: ESTADÍSTICAS REVISADAS. REVISTA DE ADMINISTRACIÓN TRIBUTARIA CIAT/AEAT/IEF N° 45.

BRASIL (2020). RFB: Carga Tributária no Brasil - 2018, março 2020.

BRASIL (2020). Ministério da Economia: 4º Orçamento de subsídios da União, julho 2020.

Silveira, F. et al. (2013). FISCAL EQUITY: DISTRIBUTIONAL IMPACTS OF TAXATION AND SOCIAL SPENDING IN BRAZIL. International Policy Centre for Inclusive Growth, Working Paper 115.

- *Propostas de reformas*

CCiF (2019). Reforma do Modelo Brasileiro de Tributação de Bens e Serviços. Nota do Centro de Cidadania Fiscal, julho 2019.

Orair, R. e S. Gobetti (2019). Reforma Tributária e Federalismo Fiscal: uma análise das propostas de criação de um novo imposto sobre o valor adicionado para o Brasil. Texto para discussão IPEA 2530.

CCiF (2020). Simulações dos impactos macroeconômicos, setoriais e distributivos da PEC 45/2019. Nota do Centro de Cidadania Fiscal, outubro 2020.

Oliveira, J. (2020). Impactos setoriais e regionais de mudanças na tributação do consumo no Brasil. Nota Técnica, Carta de Conjuntura IPEA, n.48, 3º trimestre de 2020. Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/cc48_nt_tributacao_do_consumo.pdf.

Carvalho, A. et al. (2018). Uma Reforma Dual e Modular da Tributação sobre o Consumo no Brasil. Texto para discussão IPEA 2418.

Brasil (2020). Reforma tributária: quando todos pagam, todos pagam menos. Apresentação do Ministério da Economia.

b. Gastos públicos no Brasil

- *Composição e tendências do gasto público*

BRASIL (2018). Panorama Fiscal Brasileiro. Relatório do Ministério da Fazenda, dezembro de 2018.

Pires, M. (2020). Atualização da série histórica de despesas primárias: 1986-2019. Observatório de Política Fiscal, FGV/IBRE.

Pires, M. et al. (2021). Estimativa das despesas públicas para o período 2010-2019. Observatório de Política Fiscal, FGV/IBRE.

BRASIL (2019). Boletim macrofiscal da SPE. Secretaria de Política Econômica, setembro de 2019.

BRASIL (2021). Resultado do Tesouro Nacional, dezembro de 2020.

Maciel, P.J. e M. Ceccato (2020). Gasto social no Brasil: evolução recente e aspectos distributivos, in Salto, F. e J.A. Pellegrini (Org.). Contas Públicas no Brasil. Saraiva Educação, Série IDP – Administração e Políticas Públicas, 2020.

Menezes Filho, N. (2020). Gastos com educação e saúde, in Salto, F. e J.A. Pellegrini (Org.). Contas Públicas no Brasil. Saraiva Educação, Série IDP – Administração e Políticas Públicas, 2020.

- *Reformas implementadas e propostas*

Nery, P.F. (2020). A meia reforma da Previdência de 2019, in Salto, F. e J.A. Pellegrini (Org.). Contas Públicas no Brasil. Saraiva Educação, Série IDP – Administração e Políticas Públicas, 2020.

IFI (2019). Impactos fiscais consolidados da PEC da Reforma da Previdência. Comentários da IFI No. 3.

Costa, A.C.A. (2020). Reforma administrativa no Brasil, in Salto, F. e J.A. Pellegrini (Org.). Contas Públicas no Brasil. Saraiva Educação, Série IDP – Administração e Políticas Públicas, 2020.

Cavalcanti, M.A.F.H. et al. (2020). Ajustes nas despesas de pessoal do setor público: cenários exploratórios para o período 2020-2039. Nota Técnica, Carta de Conjuntura IPEA, n.48, 3º trimestre de 2020.

c. Processo orçamentário e regras fiscais no Brasil

- *Características do sistema orçamentário*

Mendes, M. (2008). Sistema Orçamentário Brasileiro. Planejamento, Equilíbrio Fiscal e Qualidade do Gasto Público. Texto para Discussão n.39. Brasília: Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Rezende, F. (2018). Reforma orçamentária e consolidação fiscal, In De Negri (org), Desafios da Nação: artigos de apoio, volume 1, IPEA.

Almeida, D. e P. Bijos (2020). Planejamento e orçamento no Brasil: propostas de inovação, in Salto, F. e J.A. Pellegrini (Org.). Contas Públicas no Brasil. Saraiva Educação, Série IDP – Administração e Políticas Públicas, 2020.

Guardia, E. (2016). Conta Única do Tesouro: flexibilidade necessária e seus bons e maus usos, in Bacha, E. (Org.). A Crise Fiscal e Monetária Brasileira. Civilização Brasileira, 2016.

- *Regras fiscais: características, objetivos e problemas*

Tinoco, G. (2020). As regras fiscais e seu papel na organização das finanças públicas, in Salto, F. e J.A. Pellegrini (Org.). Contas Públicas no Brasil. Saraiva Educação, Série IDP – Administração e Políticas Públicas, 2020.

Brochado, A. et al. (2019). Regras Fiscais: uma proposta de arcabouço sistêmico para o caso brasileiro. Texto para Discussão 31, Secretaria do Tesouro Nacional.

IFI (2018). Regras fiscais no Brasil. Relatório de Acompanhamento Fiscal, janeiro 2018.

Couri et al. (2018). Regra de ouro no Brasil: Balanços e desafios. Estudo Especial n.5, Instituição Fiscal Independente.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Teto de gastos: o gradual ajuste para o crescimento do país. Relatório da Assessoria Especial do Ministro da Fazenda. Brasília: MF, 2018. Disponível em: <<https://www.gov.br/fazenda/pt-br/centrais-de-conteudos/publicacoes/analises-e-estudos/arquivos/2018/teto-de-gastos-o-gradual-ajuste-para-o-crescimento-do-pais.pdf/@@download/file/teto-de-gastos-o-gradual-ajuste-para-o-crescimento.pdf>>.

Mendes, M. (2021). Regras fiscais e o caso do teto de gastos no Brasil. Texto para discussão Insper.

Secretaria de Política Econômica (2019). Boletim macrofiscal da SPE, setembro de 2019.

Souza Jr. et al. (2019). A política fiscal e o teto de gastos públicos. Nota Técnica, Carta de Conjuntura IPEA, n.44, 3º trimestre de 2019.

Salto, F. e G. Barros (2018). A importância da Emenda Constitucional nº 95/2016. Nota Técnica 21, IFI.

Salto, F. et al. (2020). Considerações sobre o teto de gastos da União. Comentários da IFI No. 9.

Salto, F. et al. (2019). A PEC Emergencial, a PEC dos Fundos e a PEC do Pacto Federativo. Comentários da IFI No. 4.

Oliveira, R. (2020). Polêmica sobre o gatilho da PEC 188. Valor Econômico, 24/09/2020.

Salto, F. et al. (2020). Regras permitem romper teto de gastos sem abandonar ajuste fiscal. Folha de São Paulo, 4/9/2020.

Werneck, R.L.F. (2019). Tensões em jogo. O Globo, 01/11/2019.

Werneck, R.L.F. (2020). Na mão do Congresso. O Globo, 07/02/2020.

Barbosa, N. (2022). 21 anos de meta de resultado primário. Blog do Ibpe.

d. Resultado primário e dinâmica da dívida pública no Brasil

- *Resultado primário e dívida: conceitos e o cenário pré-Covid-19*

Salto, F. (2020). As estatísticas fiscais no Brasil, in Salto, F. e J.A. Pellegrini (Org.). Contas Públicas no Brasil. Saraiva Educação, Série IDP – Administração e Políticas Públicas, 2020.

Pellegrini, J. e F. Salto (2020). Dívida pública: indicadores, evolução e perspectivas, in Salto, F. e J.A. Pellegrini (Org.). Contas Públicas no Brasil. Saraiva Educação, Série IDP – Administração e Políticas Públicas, 2020.

BCB (2018). Manual de Estatísticas Fiscais.

BRASIL (2018). Panorama Fiscal Brasileiro. Relatório do Ministério da Fazenda, dezembro de 2018.

BRASIL (2018). Secretaria do Tesouro Nacional: Análise de Solvência e Sustentabilidade da Dívida Pública. I Seminário Internacional da Dívida Pública, ESAF.

BRASIL (2019). Ministério da Economia: Relatório Quadrimestral de Projeções da Dívida Pública 2019 – N° 2.

Pires, M. (2019). A macroeconomia da política fiscal. Valor Econômico, 30/9/2019.

Mendes, M. (2019). Atalhos. Folha de São Paulo, 12/10/2019.

Mendes, M. (2019). Juros e ajuste fiscal estrutural. Texto para discussão Insper.

- *O cenário pós-Covid-19*

BRASIL (2020). Ministério da Economia: Relatório Quadrimestral de Projeções da Dívida Pública 2020 – N° 2.

BRASIL (2021). Ministério da Economia: Relatório Anual da Dívida Pública Federal – RAD 2020.

BRASIL (2020). Ministério da Economia: Anexo de Riscos Fiscais da LDO 2021.

IFI (2021). Relatório de Acompanhamento Fiscal, vários números.

Garcia, M. (2020). Dívida pública, muito maior e mais curta. Valor Econômico, 11/12/2020.

Garcia, M. (2020). A dívida pública importa, e muito. Valor Econômico, 15/1/2021.

Garcia, M. (2021). A dupla personalidade dos juros. Valor Econômico, 12/02/2021.

Salto, F. et al. (2021). A regra do teto de gastos e a PEC Emergencial, Valor Econômico, 2/3/2021.

Souza Jr. et al. (2020). Visão geral da conjuntura. Carta de Conjuntura IPEA, n.47, 2º trimestre de 2020.

Cavalcanti., M. et al. (2021). Panorama fiscal: destaques de 2021 e perspectivas. Nota de Conjuntura 28, Carta de Conjuntura IPEA 53.

e. Administração da dívida e interação entre as políticas fiscal e monetária no Brasil

- *Administração da dívida pública federal*

STN (2022). Relatório Anual da Dívida Pública Federal.

STN (2011). Composição Ótima da Dívida Pública Federal: Definição de uma Referência de Longo Prazo.

Goldfajn, I. e A. Paula (1999). Uma nota sobre a Composição Ótima da Dívida Pública – Reflexões para o caso brasileiro. Texto para Discussão 411, Depto. de Economia PUC-Rio.

Cysne, R. (2007). Public debt indexation and denomination, the case of Brazil: A comment. INTERNATIONAL JOURNAL OF FINANCE AND ECONOMICS, 12:417-425.

Giavazzi, F. e A. Missale (2004). Public debt management in Brazil. NBER WP 10394.

Moraes, A. e J. A. Divino (2019). Composição Ótima da Dívida Pública Brasileira e a Política Monetária. Revista Brasileira de Economia, 73(2).

- *Relação entre Tesouro e Banco Central*

Mendes, M. (2016). A Lei 11.803/2008 e a relação financeira entre Tesouro Nacional e Banco Central, in Bacha, E. (Org.). A Crise Fiscal e Monetária Brasileira. Civilização Brasileira, 2016.

Franco, G. (2016). O jogo do papagaio, in Bacha, E. (Org.). A Crise Fiscal e Monetária Brasileira. Civilização Brasileira, 2016.

Berriel, T. e E. Zilberman (2016). A Lei 11.803/2008 e a integração entre os balanços do Tesouro e do Banco Central Bacha, E. (Org.). A Crise Fiscal e Monetária Brasileira. Civilização Brasileira, 2016.

Garcia, M. e J.R. Afonso (2016). Regras fiscais e volatilidade cambial, in Bacha, E. (Org.). A Crise Fiscal e Monetária Brasileira. Civilização Brasileira, 2016.

Brasil (2019). Secretaria do Tesouro Nacional (2019). Relacionamento entre o Tesouro Nacional e o Banco Central do Brasil. Relatório Especial.

Garcia, M. (2020). Dívida Pública e Depósitos Remunerados no BC. Valor Econômico, 11/09/2020.

Garcia, M. (2020). QE à brasileira. Valor Econômico, 15/05/2020.

Mendes, M. (2016). DEPÓSITO REMUNERADO NO BANCO CENTRAL: AVANÇO INSTITUCIONAL OU CONTABILIDADE CRIATIVA? Boletim Legislativo 45, Senado Federal.

- *Política fiscal e inflação*

Pastore, A.C. (2016). Desajuste fiscal e inflação: uma perspectiva histórica, in Bacha, E. (Org.). A Crise Fiscal e Monetária Brasileira. Civilização Brasileira, 2016.

Blanchard, O. (2004). “Fiscal Dominance and Inflation Targeting: Lessons from Brazil,” NBER Working Paper No.10389: 1–35.

Loyo, E. (1999). Tight money paradox on the loose: a fiscalist hyperinflation. John F. Kennedy School of Government, Harvard University.

BRASIL (2020). Secretaria de Política Econômica. Consolidação fiscal e inflação esperada. Nota Informativa da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia, dez. 2020.

f. Impactos macroeconômicos da política fiscal no Brasil

- *Estimativas de multiplicadores fiscais*

Andrade, A. e R. Baciotti (2020). A política fiscal no Brasil e a relação com o crescimento econômico, in Salto, F. e J.A. Pellegrini (Org.). Contas Públicas no Brasil. Saraiva Educação, Série IDP – Administração e Políticas Públicas, 2020.

CASTELO-BRANCO, M.; LIMA, E.C.; PAULA, L.F. Mudanças de regime e multiplicadores fiscais no Brasil: Uma avaliação empírica com uso da metodologia MS-SBVAR. Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 47, n. 2, p. 159-206, fevereiro 2017.

CAVALCANTI, M. A. F. H.; SILVA, N. L. C. Dívida pública, política fiscal e nível de atividade: uma abordagem VAR para o Brasil no período 1995-2008. Economia Aplicada, v. 14, n. 4, p. 391-418, setembro 2010.

- CAVALCANTI, M. A. F. H.; VEREDA, L. Fiscal Policy Multipliers in a DSGE Model for Brazil. *Brazilian Review of Econometrics*, v.SAMBA, n. 1, 2015.
- COSTA JUNIOR, C. J.; GARCIA CINTADO, A. C.; SAMPAIO, A. V. Post-2008 Brazilian fiscal policy: an interpretation through the analysis of fiscal multipliers. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 47, nº 1, p. 93-124, jan.-mar. 2017.
- GRUDTNER, V.; ARAGON, E. K. S. B. Multiplicador dos gastos do governo em períodos de expansão e recessão: evidências empíricas para o Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, v. 71, n. 3, p. 321-345, 2017.
- MATHESON, T. PEREIRA, J. Fiscal Multipliers for Brazil. IMF Working Paper 16/79, 2016.
- MENDONÇA, M. J.; MEDRANO, L. A.; SACHSIDA, A. Avaliando os efeitos da política fiscal no Brasil: resultados de um procedimento de identificação agnóstica. IPEA Texto para Discussão nº 1377, 2009.
- Mereb, J.; Zilberman, E. (2013) O Programa de Aceleração do Crescimento Acelera o Crescimento? Texto para Discussão 613, PUC-Rio.
- MOURA, G. V. Multiplicadores fiscais e investimento em infraestrutura. *Revista Brasileira de Economia*, v. 69, n. 1, p. 75-104, 2015.
- ORAIR, R.; SIQUEIRA, F. Investimento público no Brasil e suas relações com ciclo econômico e regime fiscal. *Economia e Sociedade*, v. 27, n. 3, 2018.
- PERES, M. A.; ELLERY, R. Efeitos dinâmicos dos choques fiscais do governo central no PIB. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 39, n. 2, p. 159-206, fevereiro 2009.
- PIRES, M.C.C. Política fiscal e ciclos econômicos no Brasil. *Economia Aplicada*, v. 18, n. 1, 2014.
- Mendes, M. (2020). Antes de gastar mais com investimento público, precisamos aprender com erros do passado. Folha de São Paulo, 12 de agosto.
- *Consolidação fiscal e nível de atividade*
- BRASIL. Secretaria de Política Econômica. Consolidação fiscal expansionista no Brasil. Nota Informativa da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia, dez. 2019.
- CAVALCANTI, M. A. F. H. (2020). Consolidação fiscal, taxa de juros de longo prazo e PIB no Brasil: Resultados preliminares. Nota Técnica, Carta de Conjuntura IPEA n.38.
- Dweck, E. et al. (2019). Por que cortar gastos não é a solução para o Brasil ter crescimento vigoroso? Folha de São Paulo, 14 de setembro.
- Lisboa, M. et al. (2019). Por que o governo deve cortar gastos para o Brasil crescer? Folha de São Paulo, 8 de setembro.

g. Federalismo fiscal no Brasil

- *Federalismo fiscal: características e principais distorções*
- Mendes, M. (2020). O federalismo do avesso, in Salto, F. e J.A. Pellegrini (Org.). *Contas Públicas no Brasil*. Saraiva Educação, Série IDP – Administração e Políticas Públicas, 2020.
- Rezende, F. (2018). Federalismo fiscal e gestão pública, In De Negri (org), *Desafios da Nação: artigos de apoio*, volume 1, IPEA.

Salto, F. (2019). A crise fiscal federativa e a importância de soluções estruturais. Comentários da IFI No. 1.

Afonso, J.R.R. Ribeiro, L (2019). Descoordenação fiscal na federação brasileira. Revista Conjuntura Econômica. Março.

Medas et al. (2020). Strengthening Fiscal Responsibility at the Subnational Level. IMF Technical Report.

Mendes, M. (2019). Por que os estados quebram. Folha de São Paulo, 20 de julho.

Mendes, M. (2019). O mito do ‘pires na mão’. Folha de São Paulo, 3 de agosto.

Mendes, M. (2020). CRISE FISCAL DOS ESTADOS: 40 anos de socorros financeiros e suas causas. Insper, junho 2020.

Rocha, C.A. (2019). TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS: guia de referência rápida. Textos para Discussão 264, Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

BRASIL (2020). Boletim de finanças dos entes subnacionais – Ano base 2019. Secretaria do Tesouro Nacional.

Santos et al. (2018). Indicadores bimestrais dos gastos com pessoal nos estados brasileiros (2006:1-2018:4). Carta de Conjuntura do Ipea, n.41.

Santos et al. (2017). A Dinâmica dos gastos com saúde e educação públicas no Brasil (2006-2015): Impacto dos mínimos constitucionais e relação com a arrecadação tributária. Texto para Discussão 2289. Brasília: Ipea.

Cavalcanti, M. et al. (2022). Regras Fiscais para os Entes Subnacionais: O caso do Brasil. Texto para Discussão IPEA (no prelo).